



## Reflexões sobre a formação continuada de professoras/es e suas interfaces com a educação sexual no cotidiano da educação infantil

*Reflections on the continuing education of teachers and their interfaces with sex education in the daily routine of early childhood education*



**Leandro Antunes**

Mestrando em Educação

Universidade do Estado de Santa Catarina - UDESC.

Florianópolis, Santa Catarina – Brasil.

[profantunes.educacao@gmail.com](mailto:profantunes.educacao@gmail.com)



**Sonia Maria Martins de Melo**

Doutora em Educação

Universidade do Estado de Santa Catarina - UDESC.

Florianópolis, Santa Catarina – Brasil.

[soniademelo@gmail.com](mailto:soniademelo@gmail.com)

**Resumo** Este artigo tem em vista refletir sobre a categoria formação continuada de professoras/es a partir dos pressupostos da categoria educação emancipatória numa perspectiva freireana e suas interfaces com a Educação Sexual no cotidiano da Educação Infantil. O artigo possibilita subsidiar uma ampliação de estudos desses fundamentos teóricos sobre a temática que é eixo de um projeto de dissertação em andamento de um dos autores. A metodologia para dar luz ao texto foi a pesquisa bibliográfica, realizada por meio de algumas obras de Paulo Freire e em artigos de outras/os autoras/es que tratam de temas freireanos, formação continuada e Educação Sexual emancipatória. Para reflexões finais, foi possível observar que Paulo Freire, aponta para as possibilidades de auxiliar em processos de educação emancipatória de formação continuada de professoras/es junto as interfaces com projetos intencionais de Educação Sexual emancipatória em processos de busca constante da sua transformação, porque acreditamos que o SER ainda é inacabado dentro desse processo de vida e de produção de conhecimento.

**Palavras chave:** formação continuada; educação sexual emancipatória; Paulo Freire; educação infantil.

**Abstract:** This article aims to reflect on the category continuing education of teachers from the assumptions of the emancipatory education category in a Freirean perspective and its interfaces with Sexual Education in the daily life of early childhood education. The article makes it possible to subsidize an expansion of studies of these theoretical foundations on the theme that is the axis of an ongoing dissertation project by one of the authors. The methodology to give light to the text was bibliographical research, carried out through some works by Paulo Freire and in articles by other authors that deal with Freirean themes, continuing education and emancipatory Sexual Education. For final reflections, it was possible to observe that Paulo Freire, points to the possibilities of assisting in processes of emancipatory education of continued formation of teachers/es along the interfaces with intentional projects of emancipatory Sexual Education in processes of constant search of its transformation, because we believe that the BEING is still unfinished within this process of life and production of knowledge.

**Keywords:** continuing education; emancipatory sex education; Paulo Freire; child education.

Cite como

(ABNT NBR 6023:2018)

ANTUNES, Leandro; MELO, Sonia Maria Martins. Reflexões sobre a formação continuada de professoras/es e suas interfaces com a educação sexual no cotidiano da educação infantil. *Dialogia*, São Paulo, n. 43, p. 1-19, e23175, jan./abr. 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.5585/43.2023.23175>.

*American Psychological Association (APA)*

Antunes, L., Melo, S. M. M. (2023, jan./abr.). Reflexões sobre a formação continuada de professoras/es e suas interfaces com a educação sexual no cotidiano da educação infantil. *Dialogia*, São Paulo, 43, p. 1-19, e23175. <https://doi.org/10.5585/43.2023.23175>.

## 1 À guisa de introdução

Conforme exposto no título desse artigo, a escrita dele tem como eixo registrar nossas reflexões sobre a formação continuada de profissionais da educação e suas interfaces com a Educação Sexual no cotidiano da Educação Infantil. A proposta que é base da estrutura desse texto foi definida a partir de estudos que fundamentam parte de um projeto de pesquisa de mestrado em andamento, de autoria de um dos autores deste texto, sob orientação da co-autora deste registro. O referido projeto tem o objetivo de realizar uma caminhada investigativa sobre as possibilidades de existirem projetos de formação continuada com docentes da Educação Infantil, construídos e calcados em uma abordagem de Educação Sexual intencional na perspectiva emancipatória de sexualidade, que desafiem as/os participantes a repensarem e a “questionarem sua prática pedagógica em busca da resolução das suas dificuldades” (RAUPP PEREIRA, 2010, p. 57).

## 2 Essa tal de formação continuada...

Iniciamos registrando apontamentos sobre a categoria formação continuada por entendermos que ela é imprescindível no caminhar de cada docente. Concordamos com Nóvoa (2002, p. 38) ao apontar incisivamente, nesse sentido, que “a formação contínua deve contribuir para a mudança educacional e para a redefinição da profissão”.

É a formação continuada que pode proporcionar a profissionais da educação uma reflexão, à luz do contexto de cada momento, sobre as mudanças das políticas públicas e seus reflexos em suas práticas pedagógicas, visto que não há como fazer formações significativas sem compreender o contexto no qual estamos inseridos (IMBERNÓN, 2010). Também é este autor quem registra ser por meio dessa formação continuada, nesta perspectiva de buscar a transformação do que está posto, que a/o profissional vai se recriando, “[...] assumindo uma identidade docente, o que supõe a assunção do fato de serem sujeitos de formação, e não objeto dela, como meros instrumentos maleáveis e manipuláveis nas mãos de outros” (IMBERNÓN, 2010, p. 11).

Uma etapa importante ao se refletir sobre a formação continuada de professoras/es é a de, no mínimo, realizar uma análise sintética de como ela é tratada nas legislações educacionais brasileiras, sendo, as mais significativas a Lei de Diretrizes e Bases Nacional - LDB de 1996 e o Plano Nacional de Educação- PNE, expresso na Lei nº 13.005/2014, mais especialmente em suas metas 15 e 16, bem como a Resolução CNE/CP Nº 1, de 27 de outubro de 2020.

No tocante das legislações citadas, é fato que elas ressaltam a necessidade e a importância da formação continuada, visto que está regulamentada na LDB (1996) em seu Art. 62, inciso § 1º, que aponta “A União, o Distrito Federal, os Estados e os Municípios, em regime de colaboração,

deverão promover a formação inicial, a continuada e a capacitação dos profissionais de magistério” (BRASIL, 1996), e em seu Art. 62-A<sup>1</sup>, complementado no seu parágrafo único, a garantia da

[...] formação continuada para os profissionais a que se refere o caput, no local de trabalho ou em instituições de educação básica e superior, incluindo cursos de educação profissional, cursos superiores de graduação plena ou tecnológicos e de pós-graduação (BRASIL, 1996).

Além de estar assegurada na LDB (1996), as/os profissionais da educação também são contempladas/os neste direito pelo respaldo das metas 15 e 16 do PNE (2014) que apontam as seguintes finalidades:

META 15 Garantir, em regime de colaboração entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, no prazo de 1 (um) ano de vigência deste PNE, política nacional de formação dos profissionais da educação de que tratam os incisos I, II e III do caput do art. 61 da Lei n 9.394, de 20 de dezembro de 1996, assegurado que todos os professores e as professoras da educação básica possuam formação específica de nível superior, obtida em curso de licenciatura na área de conhecimento em que atuam.

META 16 Formar, em nível de pós-graduação, 50% (cinquenta por cento) dos professores da educação básica, até o último ano de vigência deste PNE, e garantir a todos (as) os (as) profissionais da educação básica formação continuada em sua área de atuação, considerando as necessidades, demandas e contextualizações dos sistemas de ensino (BRASIL, 2014).

Também a Resolução CNE/CP N° 1, de 27 de outubro de 2020, cita o seguinte no seu capítulo II, Art. 4, da política da formação continuada de professores:

Art. 4º A Formação Continuada de Professores da Educação Básica é entendida como componente essencial da sua profissionalização, na condição de agentes formativos de conhecimentos e culturas, bem como orientadores de seus educandos nas trilhas da aprendizagem, para a constituição de competências, visando o complexo desempenho da sua prática social e da qualificação para o trabalho (BRASIL, 2020).

Portanto, podemos verificar, nesses pontos legais citados, que a formação continuada está prevista na legislação brasileira, o que nos mostra a dimensão da sua importância e do direito de cada docente aperfeiçoar-se continuamente os seus conhecimentos profissionais e pessoais, em processos formativos que visem a melhoria da qualidade do ensino numa abordagem humanista e emancipatória. Além disso, os documentos legais apontam que a formação continuada é prioridade, devendo acontecer nos âmbitos educacionais, ofertada tanto pelos Estados como pelos Municípios, apontando caminhos que ofereçam conhecimentos que possam oportunizar aos

---

<sup>1</sup> Incluído pela Lei n° 12.796, de 2013 que altera a Lei n° 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2011-2014/2013/Lei/L12796.htm#art1](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2013/Lei/L12796.htm#art1). Acesso em: 27 out. 2022.

profissionais da educação possibilidades de mudanças em suas práticas pedagógicas. Para Nóvoa (2017) essas mudanças no dia a dia docente só serão passíveis de acontecerem após o reconhecimento do problema em que está instaurado ali naquele âmbito educacional.

Chimentão (2009) também contribuiu com nossas reflexões registrando que

[...] a formação continuada passa a ser um dos pré-requisitos básicos para a transformação do professor, pois é através do estudo, da pesquisa, da reflexão, do constante contato com novas concepções, proporcionado pelos programas de formação continuada, que é possível a mudança. Fica mais difícil de o professor mudar seu modo de pensar o fazer pedagógico se ele não tiver a oportunidade de vivenciar novas experiências, novas pesquisas, novas formas de ver e pensar a escola (p. 3).

Nesse sentido, na esteira dessa ideia, cada docente em sala de aula está em legítimo processo contínuo de formação. Entende-se que esse contínuo pode estar apoiando-se em um compromisso com uma proposta pedagógica emancipatória na qualidade de ensino, subsidiado por uma busca de um aprender-ensinar numa abordagem que o conduza às mudanças “[...] como um ser inacabado, que está em constante busca” (FREIRE, 2021, p. 34).

Desse modo, cada profissional da educação que tem suas práticas pedagógicas nesta abordagem terá sua formação continuada qualificada apoiando-se em sua caminhada de aperfeiçoamento, em espaços coletivos de inspiração paulofreireana, que lhes possibilite ter vivências como um ser crítico-reflexivo nas salas de aulas, ampliando seus horizontes de conhecimentos; tendo como eixo pedagógico da proposta a compreensão de que “ensinar não é transferir conhecimento, mas criar as possibilidades para a sua própria produção ou a sua construção” (FREIRE, 2021a, p. 23).

Paulo Freire (2021a) é muito claro quando nos diz que “[...] na formação permanente dos professores, o momento fundamental é o da reflexão crítica sobre a prática. É pensando criticamente a prática de hoje ou de ontem que se pode melhorar a próxima prática” (p. 38). É isso que permite que sejamos sujeitos históricos e sociais passíveis de colaborar com transformações e humanização na vida dos sujeitos-alunas/os.

Mas para oferecer uma formação continuada nessa abordagem humanista dialógica inspirada no pensamento do Patrono da Educação do Brasil há que lembrar, também, o que entende e propõe Freire em sua obra *Extensão ou comunicação*, de 1983:

E ser dialógico, para o humanismo verdadeiro, não é dizer-se descomprometidamente dialógico; é vivenciar o diálogo. Ser dialógico é não invadir, é não manipular, é não sloganizar. Ser dialógico é empenhar-se na transformação constante da realidade. Esta é a razão pela qual, sendo o diálogo o conteúdo da forma de ser própria à existência humana, está excluído de toda relação na qual alguns homens sejam transformados em “sêres para outro” por homens que são falsos “seres para si”. E que o diálogo não pode travar-se numa relação antagônica (FREIRE, 1983, p. 28 grifos do autor).

O ensinar nesta abordagem exige constante pesquisa alimentando a formação. Assim, “não há ensino sem pesquisa e pesquisa sem ensino” (FREIRE, 2021a, p. 28). Isto é, há que se buscar estabelecer diálogos como instrumento de humanização e transformação social, por meio de formações continuadas com novos conhecimentos, culturas, saberes, na busca da liberdade por meio de aprimoramentos constantes no fazer pedagógico, ou seja, buscando uma educação que transforme e liberte, atentando para o fato de que “a formação deve ser mais dinâmica no seu processo e na sua metodologia [...]” (IMBERNÓN, 2010, p. 12).

Sintetizando nossa compreensão da categoria formação continuada, reconhecemos que ela, numa perspectiva paulofreiriana, deva ser “[...] desenvolvida de forma permanente, ao longo da trajetória dos/as profissionais, num movimento que contempla momentos de reflexão crítica e coletiva sobre a prática educativa” (BOSCO, 2019, p. 117). Essa abordagem é crucial e urgente nos tempos atuais para auxiliar na busca da transformação de uma sociedade que necessita de mudanças do que está posto como conhecimento padrão, normalizado e normatizado como hegemônico no modo de produção em que vivemos, conhecimento esse desumanizador que brota das relações entre as pessoas no modo de produção vigente, pois, em sua materialidade das relações sociais, é composto de duas categorias antagônicas — Capital e Trabalho.

Ademais, como detentores dos meios de produção, os indivíduos que compõem o Capital impõem um modelo padrão de ser e existir no mundo validado como o normal, sendo que aqueles que deles divergem são tratados como desiguais e inferiores, num modo injusto e desumano que se reflete na vida da maioria das pessoas que lhes são antagônicas. E neste padrão está incluído o não respeito a uma formação crítico-reflexiva que atinge incisivamente os modelos e conteúdo de formação continuada que, na maioria das vezes, são impostos aos profissionais da educação em cursos que lhes são oferecidos, aparentando um atendimento do seu direito ao aperfeiçoamento constante.

Cabe salientar que muitos desses processos são construídos e oferecidos por pessoas com um compromisso paradigmático e com uma visão de mundo conservadora acerca do que está posto. Esses momentos de aprendizagem são o oposto da nossa tese de que há que se buscar a ampliação de saberes com inspirações paulofreireanas em uma formação continuada emancipatória que possibilite aos profissionais da educação espaços de diálogos que resgatem a capacidade da/o

docente ser crítico-reflexivo sobre o contexto em que está inserido, bem como lhe aponte as possibilidades de que é possível fazer mudanças nele.

Percebemos, porém, que a realidade difere do ideal paulofreireano nas capacitações oferecidas aos profissionais de núcleos de Educação Infantil no que se refere à categoria Educação Sexual. Isso é perceptível quando os materiais sobre o tema da Educação Sexual ainda são de difícil reflexão crítica para as pessoas envolvidas no processo educacional. Além do mais, são frágeis as possibilidades de espaços dialógicos nessas formações oferecidas para docentes que atuam nesse nível de ensino, devido a muitos mitos, tabus e preconceito que ainda impactam o cotidiano da Educação Infantil, fruto de muitas vertentes pedagógicas repressoras sobre a dimensão sexualidade que perpassaram e perpassam o ambiente escolar.

### 3 Essa tal de Educação Sexual...

Partimos da compreensão de que “somos seres humanos sempre sexuados ao estabelecermos nossas relações sociais [...]” (MELO *et al.*, 2011 p. 24) e de que a Educação Sexual é sempre existente, pois está presente em nossos universos e em nossos corpos. Sendo assim, essa inseparável dimensão humana é vivenciada no cotidiano da Educação Infantil escolar e nas relações sociais lá estabelecidas, todavia não a partir do diálogo, mas sim no perverso currículo oculto repressor, porque nos cursos ligados à preparação das/os docentes - graduação e também na formação continuada oferecida após ingresso ao cotidiano escolar como professoras/es - na maioria das vezes, desconsideram que em seus conteúdos deveriam estar buscando sensibilizar as/os cursistas sobre a compreensão do que é sexualidade, sendo abordada em espaços formais de educação, pois dialogar sobre ela pressupõe “[...] compreender seus fundamentos biológicos, epistemológicos, psicológicos, educacionais e didático-pedagógicos” (MALAGI, 2020, p. 75).

Para nós, frente a estes vieses paradigmáticos que estão presentes no cotidiano da Educação Infantil e que oscilam entre a repressão e a busca da emancipação, os diálogos sobre Educação Sexual em uma perspectiva emancipatória numa abordagem paulofreiriana se fazem cada vez mais necessários nos âmbitos educacionais, principalmente nos espaços da Educação Infantil, visto que, ainda se nota muito desconforto e inquietações para tal debate. Tal situação é perceptível quando muitas/os professoras/es ainda não se sentem seguras/os para desenvolver trabalhos nesta abordagem.

Para além disso, compreendemos que se a formação continuada, direito das/os docentes deste nível de ensino, ocorrer numa perspectiva humanista emancipatória nos espaços formadores, atenderá, também, o direito das/os docentes de Educação Infantil a um espaço dialógico sobre as

possibilidades de processos educativos intencionais de Educação Sexual emancipatória no seu cotidiano e as interfaces com suas práticas pedagógicas.

Quando citado sobre os desconfortos das/os profissionais da educação, em específico aqui apontado para Educação Infantil, Villa, Prado (2020) pontuam que

Há uma lacuna na formação inicial das professoras que hoje atuam nas instituições de Educação Infantil, quanto à educação sexual. Portanto, para além da necessidade de se “rever” os currículos de cursos de licenciatura, deve-se também investir em políticas públicas de formação continuada que tratem do tema, pois, embora negada, a sexualidade se faz presente na escola e na Educação Infantil (p. 05 grifo do autor).

Portanto, Freire tem a visão de que a formação docente continuada parte de uma reflexão diante de uma prática educativa-progressiva que respeite a autonomia e o conhecimento abordado pela/o discente (FREIRE, 2021a). Nesse sentido, percebe-se que nessa linha paulofreireana há um diálogo humanizador entre a/o docente e discente para caminharem juntas/os na construção de uma educação emancipatória e libertadora, voltada à *práxis*<sup>2</sup> educativa.

#### 4 Formação continuada e Educação Sexual: interfaces possíveis?

Diante da temática Educação sexual é urgente formações que busquem suprir as dúvidas sobre o tema e oportunize um espaço de diálogos. Nesse sentido, relembramos que o Plano Nacional de Educação, pautado nas Diretrizes e Bases da Educação Nacional, destaca que:

A formação dos profissionais da educação infantil merecerá uma atenção especial, dada a relevância da sua atuação como mediadores no processo de desenvolvimento e aprendizagem [...] além da formação acadêmica prévia, requer-se a formação permanente, inserida no trabalho pedagógico, nutrindo-se dele e renovando-o constantemente (BRASIL, 2001, p. 14).

O recorte acima do PNE certamente amplia a compreensão de que a formação não se faz só na academia, nos cursos regulares, mas que é fundamental que aconteça também após o término das graduações, como nas licenciaturas, pois cada profissional da educação precisa estar se aperfeiçoando constantemente. Assim, como aponta Freire (2021a) sendo na formação continuada do professor/a, à luz de suas vivências na escola, o momento ideal para a reflexão sobre sua prática educativa, refletindo sobre sua ação de hoje ou de ontem, para que se possa melhorar a próxima prática.

---

<sup>2</sup> Carvalho e Pio (2017) conceituam práxis como “[...] à ideia de um conjunto de práticas visando à transformação da realidade e à produção da história” (p. 428).

Nessa perspectiva, a formação continuada das/os profissionais da educação, além de ser um espaço de aprimoramento, é um direito para sua vida, seja essa formação em qualquer área e assunto que lhe sejam pertinentes, permitindo-lhes que revejam suas práticas no âmbito educacional à luz de teorias emancipatórias. Imbernón (2011) salienta que a formação continuada nos proporciona ir além dessa educação atual. É a oportunidade de trabalhar pensando na educação que está por vir, permitindo que reflitamos tanto em nossos conteúdos, quanto nas metodologias que usamos. França e Calsa (2012) também destacam que, por meio do ensino-aprendizagem escolar, as/os professoras/es, ao terem espaços para refletirem cientificamente, acabam trazendo à tona, muitas vezes, seus pré-conceitos enraizados em seus cotidianos nas salas de aula, expressos em suas práticas pedagógicas. E acrescentaríamos: ao desvelá-los conscientemente, será o primeiro passo para sua superação, aí incluída a questão da Educação Sexual.

Com os momentos dialógicos de uma formação continuada vivenciada numa abordagem paulofreiriana de formação, as/os docentes envolvidos têm espaços vivos para refletirem sobre sua visão de mundo e nela, a sua compreensão sobre Educação Sexual, tanto aquela que receberam na família e nas escolas por onde passaram, bem como o processo pedagógico que vivenciam em seu cotidiano da Educação Infantil em relação à temática. Isso porque encontramos em Ribeiro (1993) uma linda fala de Paulo Freire no prefácio sobre esta inseparável dimensão do ser humano que é:

A sexualidade, enquanto possibilidade e caminho de alongamento de nós mesmos, de produção de vida e de existência, de gozo e de boniteza, exige de nós esta volta crítico-amorosa, essa busca de saber de nosso corpo. Não podemos estar sendo, autenticamente, no mundo e com o mundo, se nos fechamos medrosos e hipócritas aos mistérios de nosso corpo ou se os tratamos, aos mistérios, cínica e irresponsavelmente. (FREIRE apud RIBEIRO, 1993, p. 12).

Diante da complexidade das interfaces entre as categorias formação continuada e a categoria Educação Sexual, eixo central de pesquisa em andamento, afirmamos a hipótese de que é possível sim realizar etapas de formações docentes continuadas também para profissionais atuantes na Educação Infantil, formações essas estruturadas como espaços dialógicos na perspectiva paulofreiriana, com conteúdos que atendam à necessidade de subsidiar processos de sensibilização junto aos profissionais envolvidos sobre as possibilidades de construção de projetos intencionais de Educação Sexual emancipatória em seus cotidianos.

## 5 Caminhos metodológicos sendo trilhados; algumas pistas e indicadores

Entendemos que nesta abordagem de construção de espaços dialógicos é fundamental que prioritariamente ouçamos os destinatários da formação continuada em sua compreensão sobre a categoria Educação Sexual, para só depois, então, definir os conteúdos e a metodologia dela. Nesse pensamento, a pesquisa que originou esse artigo está ouvindo as/os docentes em regência nas salas de Educação Infantil de um município no sul do Brasil. O apoio à reflexão crítica sobre a temática poderá ser apresentado na formação continuada a partir de suas respostas a um questionário de como compreendem a Educação Sexual e suas interfaces no espaço escolar e sobre quais assuntos dela derivados gostariam que compusessem os módulos de um curso.

Logo, a partir dessa primeira etapa, poderão ser escolhidos e apresentados a esses profissionais, via formação continuada, autoras/es com novos conceitos de Educação Sexual numa perspectiva emancipatória, sendo uma abordagem dialógica vivida com o coletivo, para que possam repensar suas práticas nas salas de aulas e em todos os espaços escolares da comunidade educativa nos quais atuam. Com isso, apontar possíveis mudanças sobre cada temática oferecida, auxiliando essas/es profissionais professoras/es nas possibilidades concretas de trabalhar a categoria Educação Sexual de forma intencional a partir de sua formação continuada, ambas numa perspectiva emancipatória, em processos inspirados no pensamento paulofreiriano, em que as/os profissionais da educação se reconheçam e reconheçam suas crianças como sujeitos históricos, de direitos, inclusive os direitos sexuais como direitos humanos.

Pois como registrou Paulo Freire (2021a),

[...] nas condições de verdadeira aprendizagem os educandos vão se transformando em reais sujeitos da construção e da reconstrução do saber ensinado, ao lado do educador, igualmente sujeito do processo. Só assim podemos falar realmente de saber ensinado, em que o objeto ensinado é apreendido na sua razão de ser e, portanto, aprendido pelos educandos (p. 26)

Mas afinal, para nós, o que é uma formação continuada humanista e emancipatória de professoras/es e por que enfatizamos quais suas interfaces com processos intencionais de Educação Sexual emancipatória e o porquê de desvelá-las?

Há que reafirmar, sinteticamente, o contexto que reforça nossa compreensão da necessidade de resgatar e explicitar no contexto atual no Brasil, a urgência de impregnar as formações continuadas com reflexões crítico-reflexivas sobre a Educação Sexual por ela ser inseparável do existir humano e, portanto, inseparável de qualquer currículo formativo. Para nós, não existe não ter Educação Sexual nas escolas, pois como disse Freire (2021b, p. 95) “ninguém

educa ninguém, ninguém educa a si mesmo, os homens se educam entre si, mediatizados pelo mundo”. Portanto, toda e qualquer relação social é educativa, todo ser humano é sempre educador um dos outro. E acrescentaríamos: toda relação social é sempre sexual, pois a dimensão da sexualidade é inseparável do existir humano, todos os seres humanos, queiram ou não, saibam ou não, são educadores sexuais uns dos outros. Para nós, Educação Sexual emancipatória é como as apontam Melo *et al.* (2011)

[...] uma busca da reconstrução consciente e participativa de um saber amplo e universal sobre a dimensão humana da sexualidade, sem distinção de qualquer ordem, e essa reconstrução deve começar dentro de cada um, espraiando-se para o coletivo. Não pode ser apenas uma reprodução acrítica do que está posto na sociedade (p. 50)

Ainda, as autoras acrescentam que precisamos fazer uma

[...] busca constante de um despertar da consciência crítica, ajudando as pessoas a escolherem seus caminhos sem amarras, sem medos, e com conhecimento de sua importância nas diversas relações sociais (MELO *et al.*, 2011, p. 50).

Diante o cenário brasileiro que estamos vivenciando mais intensamente no Brasil no período 2018-2022, com as tentativas de políticas públicas, advindas de várias instâncias de poder institucional no nosso país, de reprimir diálogos sobre Educação Sexual emancipatória, há que lembrar que é sabido que debates incisivos sobre as possibilidades de abordagens emancipatórias sobre a temática no nosso país já vêm sendo realizados há tempos, com avanços significativos em vários espaços científicos e populares, que tem enfrentado várias tentativas de forçar recuos advindas de forças conservadoras. Obras e produções bibliográficas sobre Educação Sexual, numa perspectiva de avanços pedagógicos significativos, foram maiores dentre os períodos de 1940-1950. Em 1960, essas publicações ganharam forças, quando foram publicadas as primeiras ações efetivas numa abordagem mais humanista sobre o tema nas escolas, sendo que 1980 foi o período em que o governo municipal e estadual desenvolveu projetos que contribuíssem inclusive para diálogos internacionais sobre Educação Sexual (BUENO e RIBEIRO, 2018).

Nesse sentido, escrever e compreender sobre a Educação Sexual nunca foi uma tarefa fácil para pesquisadoras/es e cientistas, visto que o tema sempre foi permeado de mitos e tabus criados por uma parte da sociedade que se assume como patriarcalmente hegemônica.

Conforme o pensamento de Melo *et.al* (2011):

Ao longo da nossa existência, em todas as nossas relações sociais, fomos construindo e sendo construídos, elaborando histórica e culturalmente discursos, regras, modelos, posturas, exigências, cerimoniais, permissões e interdições, códigos em torno do sexo, tornando a sexualidade muitas vezes permeada de tabus, mitos e preconceitos que se perpetuam até nossos dias e que dizem respeito a determinados interesses das diferentes épocas, muitas vezes considerando as relações sexuais como sendo também relações sociais (p. 24).

Consequentemente, quando dialogamos hoje sobre Educação Sexual e nela a sexualidade como dimensão humana, de antemão nas formações continuadas precisamos compreender seus históricos, conceitos e vertentes. Partindo dos princípios que somos todos seres sexuados, Figueiró (2010) destaca que a Educação Sexual pode ser voltada para uma ação de ensino-aprendizagem emancipatória da sexualidade humana, formal, regular e continuada podendo levar para os sujeitos informações básicas, discussões e reflexões críticas sobre a temática, nela incluídos valores, sentimentos, emoções e atitudes, voltada para a vida sexual do indivíduo, parte inseparável do seu viver em plenitude.

Isto nos faz pensar o quanto nossa sociedade ainda vive com um pensamento arcaico diante a categoria Educação Sexual, pautada numa visão equivocada, repressora, sobre a dimensão humana da sexualidade. Muitas coisas já mudaram, entre elas, novos pensamentos, comportamentos e costumes. Apesar disso, um segmento da sociedade insiste em repassar pensamentos e comportamentos ultrapassados sobre a sexualidade na contemporaneidade, reforçando certos paradigmas repressores. Nesse sentido, Melo *et al.* (2011) salientam que “[...] as transformações ocorrem muito rápido, mas, no que se refere à temática “sexualidade” ainda não conseguimos falar dela com a naturalidade necessária” (p. 22 grifos das autoras).

Reafirmamos que a sexualidade é inseparável do ser humano, SER este que está em processo constante de aprendizado entre o eu e o outro, mediatizados pelo mundo. Afirmamos que direitos sexuais são parte inseparáveis dos direitos humanos e que uma Educação Sexual emancipatória é um direito de cada ser humano, aí incluídos os profissionais de educação.

Portanto, para nós, é possível e urgente que estas interfaces entre formação continuada e Educação Sexual sejam parte importante dos conteúdos a serem levados em processos formativos dialógicos, estruturados a partir de um diagnóstico sobre como estes dados são compreendidos também por docentes da Educação Infantil, pois concordamos com Paulo Freire (2021a) que desde esse nível de ensino as/os docentes precisam criar possibilidades concretas para aprendizagem da/o sujeito educanda/o sobre ser a sexualidade inseparável do existir humano.

## 6 Reflexões finais

Mediante essas reflexões sobre o direito de profissionais da educação a uma formação continuada humanista, inserindo nela o direito a uma Educação Sexual intencional emancipatória, foi possível aprofundar a compreensão de que essas categorias são inseparáveis.

Em escritos de Freire, observa-se que o autor dialoga e destaca a ideia de uma formação continuada de professoras/es que parta de um diálogo humanizador, crítico, reflexivo e transformador, se trabalharmos com as/os docentes e estes com seus discentes numa perspectiva emancipatória que se apoie em espaços dialógicos coletivos que tratem da realidade do sujeito e suas vivências na sociedade.

Sendo assim, há um desafio de refletirmos sobre as possibilidades de oportunizarmos momentos de sensibilização em todos os níveis da formação regular e da formação continuada de profissionais da educação, aí incluídos as/os docentes da Educação Infantil. Além disso, pensar as possibilidades de viabilizarmos processos e projetos de uma educação libertadora, humanística, reflexiva e crítica, inseparáveis do objetivo maior de buscarmos contribuir com uma educação que proporcione uma “transformação-humanização”, termo esse que construímos para esse pensamento de uma educação em uma perspectiva emancipatória aí incluída a Educação Sexual.

Outrossim, temos clareza, a partir do projeto de pesquisa que originou a escrita desse artigo, de estarmos em processo constante de busca desta “transformação-humanização”, ou seja, uma transformação humanizada frente ao modo de produção de vida hoje hegemônico, cujo projeto é manter o que caminha na contramão da emancipação humana, expresso em um sistema de vida desumano e injusto.

Ao analisar o macro contexto, o projeto de dissertação de um dos autores, tem em vista contribuir no seu micro universo escolar de atuação, apoiado principalmente nas contribuições de Paulo Freire, com as possibilidades de auxiliar em processos de educação emancipatória de formação de professoras/es junto a interfaces com projetos intencionais de Educação Sexual emancipatória em processos de busca constante da sua transformação, porque acreditamos que o SER ainda é inacabado dentro desse processo de vida e de produção de conhecimento.

Portanto, concordamos também com Melo, Pacheco e Freitas (2020, p. 15) quando registram que gerar hoje o conhecimento científico nas formações continuadas em Educação Sexual requer metodologias participativas e materiais pedagógicos criativos e inovadores, amparados pelo paradigma humanizador, abordando múltiplas linguagens midiáticas, as quais poderão ser vivenciadas como “neutras” visando um percurso linear técnico ou visando um processo investigativo pleno, imbuído de uma curiosidade epistemológica que, na perspectiva de

paulofreiriana, é vital e sempre comprometida. Optamos por este segundo caminho e convidamos a todos que venham conosco.

### Referências

- BOSCO, L. V. *EDUCAÇÃO SEXUAL E FORMAÇÃO CONTINUADA DE PROFESSORES E PROFESSORAS NA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DE FLORIANÓPOLIS/SC*. 2019. 143 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Programa de Pós-Graduação em Educação Científica e Tecnológica, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2019. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/214920/PECT0404-D.pdf?sequence=-1&isAllowed=y>. Acesso em: 15 out. 2022.
- BRASIL. LDB - Lei nº 9394/96, de 20 de dezembro de 1996. *Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional*. Brasília: MEC, 1996. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/19394.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm). Acesso em: 01 out. 2022.
- BRASIL. Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014. *Aprova o Plano Nacional de Educação (PNE) e dá outras providências*. Brasília: Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil. Brasília, 26 jun. 2014b. Seção 1, p. 1, Ed. Extra. Disponível em: <https://pne.mec.gov.br/18-planos-subnacionais-de-educacao/543-plano-nacional-de-educacao-lei-n-13-005-2014>. Acesso em: 01 out. 2022.
- BRASIL. *Plano Nacional de Educação*. 2001. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/pne.pdf>. Acesso em: 20 out. 2022.
- BRASIL. Resolução CNE/CP nº 1, de 27 de outubro de 2020. *Dispõe sobre as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Continuada de Professores da Educação Básica e institui a Base Nacional Comum para a Formação Continuada de Professores da Educação Básica (BNC-Formação Continuada)*. Brasília, DF: Conselho Nacional de Educação. 2020. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/docman/outubro-2020-pdf/164841-rcp001-20/file>. Acesso em 01 out. 2022.
- BUENO, R. C. P.; RIBEIRO, P. R. M. *HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO SEXUAL NO BRASIL: APONTAMENTOS PARA REFLEXÃO*. Revista Brasileira de Sexualidade Humana, [S. l.], v. 29, n. 1, p. 49–56, 2018. <http://dx.doi.org/10.35919/rbsh.v29i1.41>. Disponível em: [https://www.rbsh.org.br/revista\\_sbrash/article/view/41](https://www.rbsh.org.br/revista_sbrash/article/view/41). Acesso em: 21 out. 2022.
- CARVALHO, S; PIO, P. *A categoria da práxis em Pedagogia do Oprimido: sentidos e implicações para a educação libertadora*. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**, [S.L.], v. 98, n. 249, p. 428-445, 18 jun. 2017. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. <http://dx.doi.org/10.24109/2176-6681.rbep.98i249.2729>. Disponível em: <http://rbep.inep.gov.br/ojs3/index.php/rbep/article/view/3378>. Acesso em: 25 out. 2022.
- CHIMENTÃO, L. K. *O significado da formação continuada docente*. Universidade de Londrina, 2009. Disponível em: <http://www.uel.br/eventos/conpef/conpef4/trabalhos/comunicacaooralartigo/artigocomoral2.pdf>. Acesso em: 08 out. 2022.

FIGUEIRÓ, M. N. D. *Educação Sexual: retomando uma proposta, um desafio*. 3.ed. rev. ampl. Londrina, PR: Eduel, 2010. p. 240.

FRANÇA, F. F.; CALSA, G. C. *GÊNERO E SEXUALIDADE NA FORMAÇÃO DOCENTE: DESAFIOS E POSSIBILIDADES*. Revista Sociais e Humanas, [S. l.], v. 24, n. 2, p. 111–120, 2012. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/sociaisehumanas/article/view/2828>. Acesso em: 21 out. 2022.

FREIRE, P. *Educação e mudança*. 44ª ed.; Rio de Janeiro/ São Paulo: Paz e Terra, 2021.

FREIRE, P. *Extensão ou comunicação?* 7ª ed.; Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1983.

FREIRE, P. *Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa*. 1ª. ed.; Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2021a.

FREIRE, P. *Pedagogia do oprimido*. 77ª ed.; Rio de Janeiro/ São Paulo: Paz e Terra, 2021b.

FREIRE, P. Prefácio. In: RIBEIRO, M. *Educação Sexual: novas ideias, novas conquistas*. São Paulo: Editora Gente, 1993.

IMBERNÓN, F. *Formação Continuada de Professores*. Tradução Juliana dos Santos Padilha. Porto Alegre: Artmed, 2010.

IMBERNÓN, F. *Formação docente e profissional: formar-se para a mudança e a incerteza*. 9. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

MALAGI, A. *A formação do/a pedagogo/a para a educação sexual escolar*. 2020. 363 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal da Fronteira Sul, Chapecó, 2020. Disponível em: <https://rd.ufes.edu.br/handle/prefix/3910>. Acesso em: 19 out. 2022.

MELO, S. M. M.; et al. *Educação e Sexualidade*. (Caderno pedagógico 2.ed. rev.), Florianópolis: UDESC/CEAD/UAB, 2011.

MELO, S. M. M. de.; PACHECO, R. da V.; FREITAS, M. de. *EDUCAÇÃO SEXUAL EMANCIPATÓRIA E O PENSAMENTO CRÍTICO: reflexões sobre saberes e fazeres do grupo edusex*. Poiesis - Revista do Programa de Pós-Graduação em Educação, [S.L.], v. 14, n. 26, p. 438, 11 dez. 2020. Universidade do Sul de Santa Catarina - UNISUL. <http://dx.doi.org/10.19177/prppge.v14e262020438-453>. Disponível em: <https://portaldeperiodicos.animaeducacao.com.br/index.php/Poiesis/article/view/9780>. Acesso em: 21 out. 2022.

NÓVOA, A. *Firmar a posição como professor, afirmar a profissão docente*. Cadernos de Pesquisa, [S.L.], v. 47, n. 166, p. 1106-1133, dez. 2017. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/198053144843>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/cp/a/WYkPDBFzMzrvnbsbYjmvCbd/?lang=pt>. Acesso em: 01 out. 2022.

NÓVOA, A. *Formação de professores e trabalho pedagógico*. Lisboa-Portugal: Educa, 2002. ISBN 972-8036-48-5. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10451/3703>. Acesso em: 01 out. 2022.

RAUPP PEREIRA, G. *DECURSOS EDUCATIVOS E CONHECIMENTOS PARA UMA EDUCAÇÃO SEXUAL EMANCIPATÓRIA INTENCIONAL* <em>EDUCATIONAL PATHS AND KNOWLEDGE FOR AN INTENTIONAL EMANCIPATORY SEXUAL EDUCATION</em>. Revista Linhas, Florianópolis, v. 11, n. 01, p. 53 - 67, 2010. Disponível em: <https://www.revistas.udesc.br/index.php/linhas/article/view/2016>. Acesso em: 16 out. 2022.

VILLA, T.; PRADO, V. M. *Formação continuada em educação sexual para docentes de Educação Infantil*. REVISTA COCAR (ONLINE), v. 14, 2020. Disponível em: <https://periodicos.uepa.br/index.php/cocar/article/view/3502>. Acesso em 19 out. 2022.